

Interpelação Oral

Deputado José Maria Pereira Coutinho

Aumentar a transparência das informações sobre os terrenos devolutos e prolongado desaproveitamento dos “terrenos do Estado”

O bem-estar da populacional está também dependente do bom aproveitamento dos “terrenos do Estado”. Contudo, muitos terrenos encontram-se devolutos e alguns deles localizados nas zonas nobres do centro da Taipa e Coloane encontram-se devolutos durante dezenas de anos. As informações constantes nos dísticos são parcas e pouco informativas para além de mencionar que são terrenos do Estado nada mais dizem deixando os cidadãos desinformados. Nestes locais e em muitos outros terrenos devolutos crescem as árvores de enorme porte, permite-se a proliferação de ervas daninhas, ignora-se a acumulação de lixo e a proliferação de ratos, baratas, mosquitos e todos outros insectos criando um potencial risco para a higiene e a segurança ambiental e a consequente quebra da qualidade de vida dos residentes.

De acordo com dados oficiais de 2024, as áreas terrestre e marítima de Macau são de respectivamente 33,3 quilómetros quadrados e 85 quilómetros quadrados, respectivamente. Em Macau, os aterros e os 85 terrenos desaproveitados e os 100 terrenos ilegalmente ocupados, mas que foram, entretanto, e aos poucos recuperados totalizam uma área de cerca de 5,5 milhões de metros quadrados, tendo, contudo, somente cerca de 200 mil metros quadrados foram utilizados.

O Governo sempre alegou que os terrenos recuperados não necessitam de ser todos utilizados de imediato e os terrenos cuja finalidade permanente ainda não foi determinada constituem, todos, a reserva de terrenos, e no futuro, será necessário assegurar a sua articulação com as políticas do Governo e efectuar uma ponderação integral sobre as necessidades do desenvolvimento social e o plano director urbanístico, para determinar a finalidade final dos mesmos.

Contudo, é lamentável que os terrenos devolutos se mantenham em reserva durante dezenas e dezenas de anos sem que sejam devidamente aproveitados e sem que aos residentes se informados por quanto tempo continuarão devolutos e qual o futuro aproveitamento.

Em Julho do ano passado, o Governo de Macau em comunicado de imprensa, afirmou que iria cumprir rigorosamente a Lei de terras e a Lei do planeamento urbanístico, entre outras legislações, nelas incluindo os respectivos deveres e obrigações para gerir e aproveitar, de forma adequada a fim de melhorar as condições de vida dos residentes.

1. Assim, que medidas concretas serão implementadas pelo Governo de Macau para aumentar a transparência das informações dos terrenos ao público introduzindo-se mais informações nas respectivas páginas electrónicas quanto aos dados oficiais actualizados sobre o número exacto de terrenos na posse do Governo the Macau, os planos de utilização provisória e os planos de utilização permanente dos terrenos devolutos?

2. Qual o ponto de situação dos 3 terrenos destinados a campos desportivos provisórios, 3 terrenos destinados a parques de estacionamento provisórios e 3 terrenos destinados provisoriamente a finalidades de protecção ambiental, bem como a promessa de pretende construir campos e instalações desportivos provisórios nos Lote B13 da Zona A dos Novos Aterros, Lote C8 do Lago Nam Van e Lote BT7 da Taipa?

3. Que decisões foram tomadas quanto aos seis processos sobre “terrenos em dívida”, que envolvem uma área superior a 88 mil metros?